



Adenil Alfeu Domingos (Unesp de Bauru)

Considerações sobre a notícia como discurso¹

Resumo: Ainda não há uma interação entre as teorias do discurso e a semiótica para abordar o discurso noticioso. Nosso propósito é fazer essa junção, considerando o discurso informativo como um enunciado com peculiaridades próprias, constituindo-se em uma formação discursiva com uma funcionalidade social bem definida. Assim, a teoria semiótica, norte-americana ou francesa, pode trazer novas visões ao discurso noticioso, com os conceitos de que todo objeto ou acontecimento é um signo a ser lido, vindo de encontro com o princípio de verdade referencial do discurso noticioso. Demonstrar esses princípios é processo pedagógico e, conseqüentemente, de grande cidadania.

Palavras-chave: discurso, pedagogia, notícia

0 – Introdução

Neste trabalho, vamos entender o processo de comunicação como uma atividade ético-profissional a serviço dos meios de comunicação de massa, capaz de fornecer informações diversas em campos distintos da ação do homem, a pessoas a serem informadas, com o objetivo de nelas produzir crenças. Descartamos, de imediato, do nosso *corpus* de estudo o texto informativo que não é noticioso como o texto científico, por exemplo. Não pretendemos, também, tratar o discurso da notícia em casos específicos, pois nosso objetivo principal é pedagógico, ou seja, demonstrar a funcionalidade do discurso noticioso como produtor de crenças e hábitos de conduta. Como base teórica, iremos nos servir das idéias não só da Semiótica de linha francesa, na esteira de A. J. Greimas e J. Courtés (1) que tratam o discurso como processo de significação, como também da Teoria Semiótica norte-americana de Charles Sanders Peirce,(2) principalmente no que tange ao processo de semiose, bem como dos princípios absorvidos da Teoria do Discurso na linha de Michel Pêcheux,(3) com a idéia de formações imaginárias e ideológicas.

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Como ex-professor de teoria da literatura, agora professor de teorias da comunicação na Unesp de Bauru, responsável pelas aulas de Semiótica, sentimos a possibilidade de ligar as teorias anteriormente aplicadas à análise do discurso literário, às narrativas jornalísticas de notícias. O objetivo é dar um embasamento científico mais contundente a esse tipo de discurso, bem como contribuir com essas bases teóricas para o aprimoramento do ensino do profissional de comunicação.

Informar com competência: um ato de cidadania

Trataremos aqui da relação entre o sujeito produtor de informação e do público a ser informado, como um ato pedagógico. Todo ato demonstrativo-informativo é um ato intensamente interligado com a problemática da cidadania. Todo discurso nos permite inferir da sua superfície de manifestação, concretamente dada, um nível outro, o profundo, que não está no dito, senão de modo implícito. Chegar na profundidade do discurso é ir além das palavras, onde nos deparamos com a ideologia de uma entidade discursiva enunciativa. Dar a conhecer esses pormenores a um sujeito qualquer é um ato capacitador capaz de produzir leitores competentes, que deixem de ser decodificadores de códigos e simples constatadores de fatos narrados, para transformarem-se em sujeitos de consciência crítica. Apenas decodificar um texto revela-se como um ato ingênuo de leitura e não de verdadeira interpretação.

Gerar, transmitir, comentar, garantir o fluxo das informações a grandes públicos, representar opiniões plurais, controlar e criticar informações, incitar reflexão exige que o sujeito informante conheça o seu lugar social como comunicador. O informante consciente de seu papel social deve considerar as limitações e obrigações que restringem ou abrem a realização da comunicação democrática. O papel do comunicador dentro de uma sociedade, não é apenas de produzir informação, mas sim, de colaborar no processo de conscientização de cidadãos realmente bem informados. Apenas investigações seguras são capazes de orientar o público-leitor, informando-o e formando-o de modo construtivo nos discursos noticiosos.

Formar um profissional de comunicação competente, portanto, é dar-lhe conhecimento seguro das normas e valores de comportamento que se transmitem em uma formação especializada e sistematizada, quando se compreende o valor da teoria a



ser aplicada na sua profissão futura. Todos os conhecimentos científicos que o aluno de comunicação adquire em sala de aula devem servir também como base para a sua competência comunicativa própria. Informar com isenção de preconceitos é o meio mais seguro de formar um público leitor, de modo construtivo, dando-lhe maior capacidade de compreender o meio social em que atua e do qual sofre influências profundas.

A capacidade comunicativa do informante deve estar diretamente ligada com a capacidade moral, ética e prática dos comunicadores. Para que ele cumpra sua tarefa com eficácia, é preciso primeiro que ele esteja ciente da importância da informação que transmite para a coletividade em que atua. Esse é o diferencial entre o profissional com competência apenas empírica e um profissional que alia experiência, cientificidade e humanismo. Esse argumento bastaria para defender a existência de cursos profissionalizantes para a produção de comunicadores realmente formadores de opinião pública realmente democrática.

Sabedor de que há uma interdependência de interesses que condicionam a produção de informação pelos grandes meios de comunicação de massa, o informante profissional de comunicação deve lutar pela democratização da informação. Isso só será possível para quem analisou, teoricamente, o processo de comunicação, nas suas mais diferentes facetas. É na consciência de que há problemas de interesse mais geral do que a simples informação a ser dada, que o profissional competente pode separar o joio do trigo, no momento de informar. Conhecer o funcionamento o sistema opressor é a primeira medida para se libertar do seu jugo. Quando o informador tem essa competência, ele consegue outorgar à sociedade em que atua a capacidade de libertar-se dos jugos de poderes extras.

A crescente tecnologização da sociedade está acompanhada por uma mudança de uma sociedade industrial orientada para o crescimento, porque é uma sociedade baseada na informação. A aplicação de novas tecnologias de comunicação levou o informante a ter um novo perfil profissional, tendo em vista a especialização crescente desses profissionais. A especialização científica do comunicador, em diferentes áreas sociais, tende a ser cada vez mais importante e necessária. Esse fator, porém, não deve fazer com que o profissional perca a visão complexa da globalidade do todo, em que o ser



pelo ser, produtor da harmonia coletiva, deve anteceder a valorização do ter pelo ter, que individualiza.

Não basta a esse profissional competente saber levantar a informação, mas sim trabalhar o lado problemático de um tema, inferindo suas conseqüências sociais. Ele precisa conhecer mais profundamente o que informa, para poder orientar o público dos temas interdisciplinares que, geralmente, possuem um caráter de complexidade interativa, já que os fatos noticiados causam reverberações em diferentes setores da vida em sociedade, de modo relacional. Conhecer as disciplinas fundamentais das ciências sociais, como sociologia, política, história; contextualizar os conhecimentos especiais; saber consultar e organizar fontes como arquivos, bibliotecas, bancos de dados; conhecer as técnicas de trabalho científico, teorias e metodologias das ciências sociais; compreender cientificamente seu papel de comunicador na sociedade, bem como o funcionamento político de todos os instrumentos midiáticos são fundamentos básicos para informador que se quer democrático e sociabilizador.

Todo sujeito informante, diante de situações e temas complexos a serem informados, não basta ter a informação em mãos e transmiti-la em sua maior objetividade e clareza possível. É preciso que ele seja capaz de enriquecer essa informação dando-lhe maior profundidade, esclarecendo detalhes do seu contexto e avaliando suas causas e efeitos, para não apenas informar, mas também formar um público consciente dos seus direitos e deveres. É preciso considerar, também, a premência de formar o público em programas educativos, pois a informação que produz o informante consciente de sua importância social provoca a ascensão social do informado.

O crescente envolvimento da informação com a sua comercialização, no entanto, está levando a uma fusão e confusão das funções da informação nos meios de comunicação de massa. A informação passa, hoje, por um processo sensacionalista, que prejudica a própria informação, mascarando-a, já que ela deve mais agradar do que retratar a verdade nua e crua. Toda informação é um produto construído por discursos sobre a realidade fenomenal e jamais sobre a realidade em sua essência. Há imagens informativas que não podem ser vistas pelo grande público, pois são censuradas,



principalmente em noticiários de televisão. Como o interesse financeiro, por vezes, está acima do que deve ser noticiado, ou seja, interessa aos veículos de informação mais a audiência de um público fiel e consumidor do que a informação em si, o proibido aparece como sensacionalismo, encantando, mais do que informando. Isso proporciona uma segura audiência e é o que interessa a grande mídia. O profissional qualificado precisa conhecer as estruturas autônomas dos discursos midiáticos já existentes, a fim de que ele possa refletir sobre elas e remodelá-las de acordo com os novos avanços tecnológicos e das novas linguagens. Desse modo, o informante pode instruir grandes massas, com eficiência e rapidez, provocando revoluções culturais.

Por isso, iremos considerar aqui a notícia como um discurso tenso entre dois pólos enunciativos, um enunciador e um enunciatário, ambos capazes de construir significações de mundo, por meio das linguagens que os colocam em sintonia. Como esses pólos são dois micro-universos distintos, para que o discurso informativo cumpra sua verdadeira função informacional, ele terá de ser semioticamente programado visando, antes de tudo, à lógica da cognição capaz de construir conhecimentos, tendo como princípio ético a revelação do acontecimento em si mesmo. Esse procedimento exige o maior distanciamento possível da lógica das paixões, já que estas operam carnalmente sobre os acontecimentos e que afetam nosso campo de presença, sem jamais, no entanto, perder de vista o princípio humanitário do processo de comunicação. Só assim o sujeito enunciatário será capaz de levar seu enunciatário a produzir uma interpretação coerente da notícia, ou seja, de fazê-lo ser não só sujeito de um saber, mas do querer-saber aliado ao crer na verdade desse mesmo saber.

A verdade na notícia

A mídia noticiou fartamente nos meses de março e abril do corrente ano, oito versões de um mesmo fato: a quantia de 1,34 milhão de reais encontrada na Lunus, empresa de Jorge Murad, marido da ex-candidata à presidência do Brasil, Roseana Sarney. Nenhuma das versões, no entanto, foram convincentes. Faltava-lhes coerência argumentativa e uma comprovação referencial lógica. A farsa foi imediatamente detectada e a candidatura de Roseana implodiu. “*Nem mesmo quando disse falar a verdade Murad deixou de contar uma nova lorota*”, asseguram



os **Jornalistas Policarpo Júnior e Malu Gaspar** na revista **Veja** de 20 de março em sua página 44, comentado o fato.

Estamos diante da busca da verdade, como um ser fenomênico, próprio do discurso informativo. Ora, saber quem diz verdades ou mentiras ao discursar é uma das mais difíceis tarefas de um leitor diante de uma notícia de jornal, pois jamais saberemos a verdadeira intenção de quem produziu o discurso noticioso, nem mesmo a intenção dos testemunhais informantes que por acaso nela estejam arrolados. Todo discurso é uma montagem e, como tal, um simulacro carregado de ideologia, como demonstra o caso ora citado. Nem mesmo uma leitura minuciosa das marcas mais profundas deixadas no discurso informativo enunciado deve assegurar-nos confiabilidade absoluta no que foi dito, a ponto de estabelecer em nós uma crença. Essas marcas, porém, não podem deixar de ser entidades capazes de nos dar fortes indícios da “verdade” ou “mentira” construída no enunciado dado. Para tanto, saber do caráter inelutavelmente falível dos nossos conhecimentos é condição básica e prévia para um leitor de consciência crítica colocar-se em prontidão, em busca de uma verdade mais convincente. Esse leitor partirá, assim, do princípio de que todo discurso é apenas uma versão do fato, mas não o fato em si. Confiar desconfiando é um meio de produzir um discurso interpretativo mais seguro a um sujeito de consciência crítica.

Isso nos leva a conceber a verdade de um acontecimento noticiado como um processo de intensa verificação, a fim de que possamos chegar a uma confiabilidade idealizada, porém, jamais garantida de modo absoluto. É que, entre o acontecido e o discurso narrado, haverá sempre um ser humano ideologicamente condicionado, como mediador. Se a dúvida nos leva à pesquisa para se chegar a uma crença, esta pressupõe ações que acalmem a dúvida. A verdade não é um dado, nem condição prévia do conhecimento de um fato, mas um resultado de uma soma de fatores.

A verdade não é algo pertencente aos objetos, mas um produto discursivo que construímos em nós e em nossos semelhantes, como efeito de sentido da melhor versão de um acontecimento, como consenso. Em geral, a verdade depende de uma



opinião mais coletiva, já que ela deve ser verdade para uma grande maioria das pessoas, em um dado instante, sob uma determinada óptica. Assim, toda verdade é idéia, produto cultural e humano, formada de signos que sugerem apenas efeitos de real e de sentido. Conseqüentemente, toda verdade é apenas um efeito do factual sobre os homens.

De um lado, todo discurso noticioso é o relato de um acontecimento e o texto narrado sobre esse acontecimento, seu simulacro, que nos impõe uma versão ilusória de substituto do acontecido; de outro, porém, ele nos permite mostrar o fato como um representante verossímel do acontecido, sugerindo um retorno interativo com o seu contexto de origem, para verificação de sua informação. Um fato noticiado sempre deve permitir uma comprovação, até mesmo jurídica, se preciso for.

O relativismo do narrado se dá por ser a realidade uma entidade metamórfica, assim como nossas operações psicológicas efetuadas com objetivo de procurar a verdade dos acontecimentos. O conceito de verdade deve ser desenvolvido no interior de nossas infinitas experiências, formando um todo que procura se assentar umas nas outras, mas o todo que formam, se formarem um, podem não se assentar em nada. Não podemos jamais habitar a experiência perfeita e finita. A verdade se testa nos interesses que ela satisfaz em nós, ao instituir-nos uma crença produzida da verificação do acontecido de modo lógico e sobre a qual podemos nos equilibrar apenas momentaneamente. “A *aceitabilidade garantida está estreitamente ligada a uma lógica da pesquisa que se supõe determinar a natureza das exigências objetivas que os seus resultados devem satisfazer; ela é simultaneamente solidária duma noção de experiência que integra as suas funções à luz das nossas transações com o meio*”.(COMMETI, 1995,p.31).

A verdade no jornalismo, portanto, é estabelecida por uma série de fatores, desde a coerência argumentativa do discurso até a possível verificabilidade *in loco*, em um dado momento, do acontecimento narrado. Todos os fatores envolvidos nessa trama devem concorrer para a implementação da verdade noticiosa. O enunciado dado, possuindo um certo grau de verossimilhança entre o acontecido e



sua narração, é que leva, enfim, à instituição da crença no noticiado. A verdade aloja-se muito mais nos interstícios dos signos que levam à camada profunda do discurso do que na sua superficialidade.

Outro problema a ser considerado aqui é o problema não da verdade fenomênica, mas da veridicção, ou seja, do dizer verdadeiro. O crer verdadeiro do enunciador não basta à transmissão da verdade e o que ele diz será sempre uma incógnita. *“o enunciador pode dizer que ‘sabe’, que ‘está seguro’, que é ‘evidente’, mas nem por isso pode assegurar-se de ser acreditado pelo enunciatário”*. (Greimas e Courtés, 1978, p.486). Para a semiótica francesa, um crer-verdadeiro deve se instalar entre enunciadores e enunciatários, por meio de entendimento tácito entre dois cúmplices mais ou menos conscientes de estarem estabelecendo um contrato de veridicção. Na notícia, esse contrato não é suficiente, pois o acontecido que produz a verdade está além do mesmo.

No discurso noticioso, há mecanismos discursivos que contribuem para a efetiva instalação do crer. Isso acontece, por exemplo, quando a voz narradora finge ausentar-se do enunciado, cedendo seu espaço à voz de um outro locutor-observador depoente que passa a estabelecer uma espécie de discurso direto com o enunciatário que está lendo o enunciado. Na verdade, o jornalista, como enunciador da informação, cria uma voz e lhe delega os poderes de narrar o fato, dentro do enunciado. Essa entidade discursiva, no entanto, é uma entidade de bastidores, pois é manipulada pelo enunciador-repórter que a criou. Ela aparece e desaparece na superfície da tessitura da notícia, mas na verdade ela nunca deixa de ter toda coesão e coerência do discurso em suas mãos. Até enquanto nos narra o fato, essa voz nos passa a ilusão de que o fato se narra a si mesmo. Na verdade, a voz narradora é o filtro por onde todo o fato passa e onde há a seleção do que esse enunciador-repórter que a manipula quer dar a ver ou esconder ao leitor da notícia. Conhecer essas diferentes entidades discursivas e suas diferentes atuações permite a um informante e um sujeito receptor de informações um entendimento mais acurado da funcionalidade da notícia.



Outras vezes ainda, essa voz se ausenta e dá lugar a um personagem depoente, criando a ilusão de que o leitor agora está diante de uma testemunha ocular do acontecido. A voz narradora, no entanto, está controlando o pensamento dessa testemunha, aprisionando-o ou soltando-o, segundo lhe convenha. Classicamente esse é o efeito do “discurso direto” que, em geral, aparece entre aspas como introduzida no discurso do narrador. Desse modo, percebemos que fazer uma notícia é criar efeitos discursivos para persuadir alguém de uma verdade, muito mais do que veicular uma informação.

Nem mesmo os discursos em primeira pessoa nos colocam diante das idéias de uma entidade de carne e osso. O “eu” dessa narrativa é apenas um outro efeito discursivo, pois ele simplesmente cria um efeito de grau de aproximação maior entre o sujeito enunciador e seu discurso, sem deixar de ser, também, uma entidade discursiva representativa. Senão como explicar fábulas contadas em primeira pessoa, como no exemplo ora forjado, “Era eu um machado que cortava lenha nas florestas?” Desse modo, o eu autobiográfico não deixa de ser um “ele” camuflado.

Há um outro detalhe importante, quanto ao problema da comunicação da verdade em uma notícia que é a crença do enunciador-jornalista na verdade que enuncia. Como profissional, ele não deveria deixar suas axiologias interferirem no seu discurso, mas isso é praticamente impossível, pois sua ideologia é que passa a determinar o que ele deve ou não noticiar e como deve fazê-lo. Sua consciência profissional deve lhe dizer como criar um simulacro convincente de uma verdade acontecida, e que ele acredita ser a melhor versão do fato a ser enunciado. A verdade anunciada, portanto, não deixa jamais de estar *“igualmente ligada tanto ao seu próprio universo axiológico quanto ao do seu enunciatário e, sobretudo, à representação que o enunciador se faz deste último universo”*.(GREIMAS E COURTÉS, 1978, p. 487).

Quem sou eu para lhe dizer o que digo? Quem é ele para que lhe diga isso? Do que eu lhe falo assim? São perguntas como essas que deverão sempre estar no imaginário do sujeito informador e que acabam por direcionar o discurso



informativo. Nesse sentido, o fazer crer e o crer verdadeiro do jornalista não estão sempre ligados a uma comunicação intersubjetiva, mas uma “busca interior da verdade”, produto de uma reflexão dialética própria, que passa a orientar seus discursos. No entanto, ele encontra-se muitas vezes frente ao dilema de noticiar uma verdade que não é a que ele gostaria de publicar, já que é oprimido, nesses instantes, pelas coerções superiores do próprio sistema em que atua e que lhe impõe observações éticas, jurídicas e até econômicas.

Confrontando diferentes formações discursivas.

A Análise de Discurso de linha francesa, principalmente na esteira de Michel Pêcheux, fez-nos entender que o “já dito”, dentro de uma determinada comunidade lingüística, acaba por instituir “formações discursivas” diferentes, que nelas atuam também diferentemente, cumprindo diferentes funções sociais. Elas surgem das “formações ideológicas”, institucionalmente produzidas, e que determinam o que dizer e como dizer o que se diz, em uma determinada formação discursiva. Completando esse círculo, mais uma vez em concomitância as duas formações já citadas, aparecem as “formações imaginárias” que determinam posições sociais diferentes para os usuários das diferentes formações discursivas.

Assim sendo, cada ato de uso de linguagem é um complexo jogo não só de controle, seleção, organização, redistribuição da materialidade discursiva, por certos procedimentos funcionais dessa mesma linguagem, mas também de poderes e posições sociais diferenciados. Cada ato de discurso é o cruzamento do “já dito” institucionalizado e o “a se dizer”. Nesse momento, cada sujeito falante pode simplesmente reproduzir o já sistematizado ou interferir nele, imprimindo-lhe a sua subjetividade e criatividade, tentando até romper com os padrões instituídos de modos fala para lhes impor marcas estilísticas individuais.

As diferentes espécies de discursos de uma mídia provocam não só modos diferentes de produção/recepção, como diferentes funcionalidades e diferentes relações entre os sujeitos da enunciação. Por exemplo, a Carta ao Leitor, da revista Veja, constrói um diálogo mais direto entre a entidade enunciativa que representa essa revista e o público-alvo enunciatário da mesma, com marcas textuais perfeitamente identificáveis. Nela, o enunciatário deixa de ser um sujeito a ser informado, para ser um confidente da entidade enunciativa, manipulado em um diálogo mais direto. A entidade enunciativa, chamada editorial no jargão do jornalismo, em geral, é um sujeito complexo e coletivo, representante de todo veículo de comunicação pelo qual ela fala. Assim vão aparecendo e se concretizam as diferentes formações discursivas do gênero jornalístico.

Foi o “já dito” historicamente, advindo do anúncio, pelos meios impressos de comunicação que acabou por produzir a formação discursiva da notícia imprensa como uma entidade perfeitamente distinta das demais. Há outras formações discursivas que com ela podem rivalizar-se, como é o caso da “crônica”



que, mesmo tendo suas bases em acontecimentos possíveis do cotidiano, não deixa de dar marcas ao leitor da sua ficcionalidade. A notícia representa a existência de um fato verificável como verídico e referencial. A crônica relata um fato que, se aconteceu ou poderia ter acontecido, não faz parte do questionamento do seu leitor, pois lhe interessa que essa leitura lhe proporcione um mergulho mais profundo e generalizado em uma problemática existencial humana e não um fato em particular do texto narrado.

A análise atenta do texto dado é suficiente para a distinção dessas marcas e ninguém produz ou lê a crônica como sendo notícia, nem mesmo lê a notícia como sendo crônica. São elas duas formações discursivas já estruturadas e com marcas próprias dentro das nossas mais diversas formações discursivas existentes no jornal. O discurso noticioso deve permitir uma remissão ao contexto sócio-histórico que o gerou, de modo que o texto e contexto se juntam na mesma unidade de informação. O produtor da notícia tem sobre si a premência da publicação, o que lhe impede um trabalho mais acurado com as palavras; o discurso do cronista, por sua vez, não está sobre essa pressão e por isso o trabalho com a linguagem lhe é indispensável, criando estranhamentos e chamando a atenção do leitor para as palavras como entidades corpóreas e não simples moedas de troca, como acontece com quase todas as palavras da notícia. Se as metáforas jornalísticas têm caráter mais explicativo do que causador de estranhamentos, como as de Joelmir Betting, as metáforas do cronista são produtoras de ambigüidades em busca do maior prazer estético possível.

Vimos que o objetivo da notícia jornalística é informar e instituir uma crença em um sujeito interprete desse discurso. Comparativamente, enquanto o discurso religioso tem em sua base a crença instalada pela fé, o discurso informativo prima pela possibilidade de verificação do acontecimento narrado, não só em sua referencialidade, mas também de suas causas e conseqüências. A crença religiosa tem grande número de verdades fincadas quase que exclusivamente na argumentação discursiva, dispensando, assim, o contexto referencial que possa comprovar o que se disse. A crença religiosa se estabelece



pela ação das palavras dentro de cada ser humano e, assim, o próprio discurso dá aos elementos que o compõe um poder reificador, ou seja, é, praticamente, a palavra pela palavra, o texto pelo texto, que constrói sua verdade.

Não há discurso, entretanto, que não finque suas raízes nas nossas experiências do cotidiano. O discurso ficcional literário, por exemplo, constrói suas entidades por meio de palavras e, assim, encontra-se mais próximo do religioso do que do discurso noticioso. Ele não tem compromissos com o fato existente no exterior, mas no fato produzido no mundo interior de um enunciado e sua coerência nasce e morre dentro do mundo criado pelas palavras. Assim sendo, as referências feitas a um mundo existente fora desse discurso não são relevantes para o enunciatário e não são passíveis de serem verificadas, mesmo porque o princípio de liberdade lhe permite a distorção de quaisquer informações em nome da arte. O discurso noticioso abomina a presença de expressões que provoquem dubiedade. O discurso literário, na ânsia de impor estranhamentos de linguagem, procura sempre produzir ambigüidades. A linguagem literária, assim, prima pela possibilidade de entrada do sujeito interpretante como uma espécie de co-autor da produção do sentido do texto dado a interpretação. A linguagem da notícia procura ser a mais clara e transparente possível.

Todo ato de crença, portanto, começa a ser montado no gênero do discurso a ser usado. O enunciador que se propõe a fazer poesia sabe que seu discurso não tem a mesma funcionalidade social que o discurso religioso ou o noticioso. Desse modo, a idéia de verdade é produzida dentro de um contexto social, dentro de formações discursivas ideológicas com funções diferentes e já estabilizadas pelo uso e não apenas nos fatos que as geram. Há assim, uma determinação epistemológica no uso das diferentes formas de discursar em uma sociedade.

As formações imaginárias

Retomando as noções de formações discursivas defrontamo-nos com as formações imaginárias. Vivemos em uma sociedade feita de instituições diferentes que nos proporcionam diferentes momentos imaginários de uso de discurso. Assim não falamos como pai do mesmo jeito de falamos como jornalista ou como professor. A cada instante de uso de uma formação discursiva vestimos máscaras sociais e representamos papéis como se estivéssemos em um grande palco social.



Assim sendo, de imediato, consideramos entidades semioticamente distintas o sujeito autor, de carne e osso, que produz o texto do discurso noticioso, como sendo a entidade mais distante possível do que ele narra. Todo sujeito, quando se coloca como produtor de um discurso noticioso, deixa de ser um “eu” em si mesmo, para ocupar uma formação imaginária, socialmente instituída, para o uso dessa mesma formação discursiva, ou seja, o sujeito que enuncia uma notícia como profissional, aparece travestido de “jornalista” no enunciado que produz, pois ele é obrigado a se servir de características estruturais impostas por essa formação discursiva, em seu discurso informativo.

Nessa passagem em que o sujeito de carne e osso deixa suas idiossincrasias para se colocar em prontidão como oficial de redação de notícias jornalísticas, há toda uma transformação do seu modo de ser, de pensar e de usar a linguagem. Na verdade, sobram apenas reflexos do ser humano pessoal sobre o ser institucionalizado jornalista, já que o estilo jornalístico de produção discursiva serve como generalizador do seu modo de produzir e conduzir suas idéias. A formação discursiva, ideologicamente, passa a atuar sobre a personalidade do sujeito informador, de modo fascista. Assim, o sujeito informador não perde toda sua idiossincrasia, mas ela se torna controlada pelas coerções próprias dessa formação discursiva, que possui regras e normas instituídas de como dizer e o que dizer, determinadas pelo “já dito”, anteriormente, além das outras implicações sociais e éticas que não permitem que o jornalista diga o que quer e como quer.

Quando dizemos discurso e não texto, embora muitas línguas nem possuam esses dois vocábulos como conceitos distintos, entendemos que o primeiro está mais direcionado pelo ato de “dis”+ “cursar”, ou seja, de fazer “correr” socialmente entre sujeitos, as idéias a serem comunicadas. Nesse processo, o enunciador é produtor do discurso capaz de suscitar no outro um novo discurso, chamado interpretativo. O prefixo “dis”, portanto, nos dá idéia de dualidade e nos leva a pensar nos dois pólos da comunicação, o emissor e o receptor, enquanto o radical “cursar” nos passa a idéia de transmissão entre esses pólos. A palavra “texto”, por sua vez, passa a idéia de produto material, acabado ou não. Ele é a materialização do discurso.



Se a palavra texto vem do latim *textu* com o significado de tecer, fica-nos claro que o momento de tessitura é um momento de escolha e combinação de elementos no ato de produção do discurso. Produzir um texto noticioso é, portanto, servir-se de um léxico da língua e dentro dele fazer uma escolha em um nível vertical e paradigmático das possibilidades de expressão das idéias. Os conceitos são formalizados como significados dos signos lingüísticos, e na relação de um significado com outros nasce a significação, como produção e efeito de sentido, no momento de leitura..

Concomitantemente, fazemos, também, no ato de produção do texto, uma combinatória sintagmática, como um eixo horizontal. São esses atos de escolha e combinação direcionados pela ideologia de cada sujeito. Assim, por exemplo, o ato de ir buscar nas possibilidades existentes na paradigmática da língua, as palavras para construir o texto de uma manchete de jornal, como “Os sem-terras invadem a fazenda do presidente Fernando Henrique” ou “os sem-terras ocupam a fazenda de Fernando Henrique” faz-nos perceber, de imediato, a ideologia do narrador em relação ao que vê e anuncia, dando à primeira manchete um valor mais violento e depreciativo dos agentes do fato que a segunda que ameniza essa violência. O uso do cargo ao lado do nome do sujeito paciente produz também um efeito de relevância ao proprietário da fazenda, agravando mais ainda o ato em si da invasão. As escolhas das palavras a serem usadas para narrar um fato acabam, portanto, por revelar a ideologia do enunciador do discurso.

Como um verdadeiro detetive, o semiótico é capaz de perceber nas brechas ou falhas do processo de construção, a verdadeira significação erigida pelos signos. Assim sendo, o discurso é uma enunciação em ato, e esse ato é de início um ato de presença. Enquanto o texto é um objeto de estudo dos lingüistas e dos gramáticos que encontram neles elementos de análise em unidades não discursivas, palavra, expressões ou frases atomizadas, os semióticos trabalham com o discurso como conjunto de signos produtores de significação, não como o resultado de adições combinatórias de partes preestabelecidas, mas um todo interagente de unidades que se constroem de modo interativo.

A enunciação, ato de produzir o discurso, e o enunciado, o produto, devem ser vistos como dois momentos distintos do eixo da comunicação de um discurso. Podemos



entender perfeitamente a distinção entre enunciação e enunciado se atentarmos para o fato de que nem sempre textualizamos as idéias produzidas e nem as comunicamos como gostaríamos de comunicá-las. Entre o que se pensa e o que se comunica em um discurso há a intervenção de inúmeros fatores, inclusive as coerções impostas pelos códigos usados e do contexto de fala.

Já vimos que o enunciator-jornalista cria e manipula uma voz delegada que o representa como entidade narradora, no enunciado por ele criado. Esse procedimento discursivo cria o efeito autoral, ou seja, a ilusória identidade entre o sujeito que fala no enunciado dado e a entidade enunciativa da instância da enunciação. Eis mais uma defasagem significativa entre os elementos do discurso, provocadora de ilusões entre as entidades discursivas, pois nenhum discurso é propriamente criador. Somos ladrões de palavras e idéias. Apenas nos servimos das formações discursivas e das linguagens para transmitir nossas idéias. Criar com palavras é uma idéia própria dos discursos religiosos e depende de uma crença, como já vimos antes.

Estamos ampliando a idéia de texto, tendo em vista o princípio de leitura de mundo. É nessa leitura de mundo que o sujeito informador jornalista ou não busca a matéria prima de seus discursos interpretativos e informativos. Assim sendo, o leitor do texto informativo depara-se com uma leitura primeira e anterior à sua que é aquela que o informante enunciator fez do acontecimento que presenciou e relatou. É lógico que há um outro tipo de relato em discurso indireto que é aquele que reproduz da fala de algum outro observador do acontecido, classicamente conhecido como o discurso indireto.

Todo discurso é signo-objeto que desencadeia o processo de semiose, em que um signo é capaz de gerar novos signos de modo infinito. Dentro do sujeito que o aprendeu, o signo imediato passa a agir como se fosse uma pedra atirada à superfície de um lago, que vai gerando contatos, concêntricos ou não, das mais variadas espécies, produz, assim, novos signos, chamados de interpretantes. Desse modo, o que relatamos em um discurso noticioso jamais será o fenômeno observado em sua essência, mas como eles se apresentaram em nossa mente, nos contatos que instigaram em nossa rede neuronal e sináptica. Essa rede, por sua vez, está municiada com experiências de um passado cheio de crenças e hábitos que individualizam cada sujeito como sendo um



microuniverso. Desse modo, jamais poderá haver comunicação com cem por cento de transferência comunicacional entre dois pólos comunicantes, em se tratando de consciências humanas.

O homem não está, portanto, diante do processo de comunicação, mas, holisticamente, dentro dele, se considerarmos que o homem é apenas uma entidade advinda e existente dentro dessa própria natureza. Como esta foi produtora do texto do livro da vida, o DNA, que os homens estão começando a ler, esse mesmo homem é o agente produtor de textos das suas idéias. O corpo humano é uma usina que capta e transforma informações, gerando as idéias como um excremento desse próprio corpo.

Sabemos que até as células do nosso corpo estão carregadas de informação e se comunicam. O homem, desse modo, é um produto semiótico. Só conhecemos e interiorizamos o que vivenciamos. No entanto, como somos produtos não só de nossas heranças biogenéticas, mas também das nossas experiências sócio-culturais, podemos dizer, metaforicamente apenas, que todo homem é uma espécie de um hardware, a espera de um software com os programas sociais que lhes são imputados, de um modo programador. Por certo, a idéia do homem-máquina não expressa a verdade, já que a máquina humana é muito complexa em seu poder sinestésico, e esse fator seria suficiente para diferenciá-la profundamente dos objetos mecânicos.

Bibliografia de base

- (1) GREIMAS A J e J Courtés. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix, 1978
- (2) PEIRCE, C. Sanders. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 1977
- (3) PÊCHEU, Michel, in GADET F. e T. HaK . *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. S.Paulo, Unicamp,2001

Bibliografia consultada

COMETTI, *Filosofia sem privilégios*. Porto, Edições Asa, 1995